



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 59.605.793 euros e um total de fundos próprios de 6.708.845 euros, incluindo um resultado líquido de 3.448.725 euros), a demonstração dos resultados consolidados, o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Executivo Camarário:
- a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira dos Serviços Municipalizados da Nazaré o resultado das suas operações, e o relato da execução orçamental, bem como
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto as limitações descritas nos parágrafos 7.1 a 7.5, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo do Executivo Municipal, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efectuadas;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

- 7.1 Cumpre-nos referir que este é o primeiro exercício em que somos responsáveis pela certificação legal das contas da CMN.

Com efeito, as demonstrações financeiras do exercício anterior (2014) foram objeto de revisão de contas, efetuada por outra sociedade de revisores oficiais de contas, tendo sido emitida a respetiva certificação legal das contas, que continha uma escusa de opinião.

Assim sendo, não expressamos uma opinião sobre os saldos de abertura evidenciados no balanço nem sobre os valores comparativos constantes da demonstração de resultados.

- 7.2 O Decreto-lei 54-A/99, de 22 de Dezembro, estipula como um dos princípios contabilísticos fundamentais o da especialização dos exercícios. As demonstrações financeiras consolidadas do Município ainda não foram preparadas integralmente de acordo com este princípio, não sendo possível quantificar o impacto pela sua não aplicação.

- 7.3 Conforme referido nas notas anexas às demonstrações financeiras (ABDR), está ainda em curso a identificação de todos os bens imóveis propriedade do Município, a atualização dos respetivos registos na Conservatória do Registo Predial e nas Finanças bem como a comparação entre os respetivos valores de aquisição e os registos contabilísticos.



Parte significativa do património imóvel do Município, registado contabilisticamente, não foi ainda objeto de registo na Conservatória do Registo Predial e/ou Finanças, contrariando assim as disposições do POCAL- Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

A CMN e os Serviços Municipalizados não dispõem de um mapa de amortizações, item a item, que permita a sua confrontação com os registos contabilísticos, nomeadamente no que concerne aos valores de aquisição/construção, amortizações do exercício e acumuladas o que, por consequência, impede a validação das amortizações praticadas/contabilizadas.

De referir ainda que, até 31 de Dezembro de 2015, as áreas cedidas ao Município, no âmbito das operações de loteamento, quer para o seu património privado quer público, ainda não foram identificadas e valorizadas pelo que não constam no património da CMN.

A CMN, não refletiu nas suas demonstrações financeiras as operações de alienação de lotes da zona industrial realizadas em 2015.

Não nos é possível quantificar o impacto das situações acima referidas nas demonstrações financeiras.

- 7.4 A CMN regista valores a regularizar em caixa e bancos e em devedores diversos, no montante de 5.512.410 euros. Este valor a regularizar corresponde a divergências apuradas, no final do exercício de 2015, mas essencialmente referentes a exercícios anteriores, entre os registos contabilísticos e os valores efetivamente disponíveis e/ou em dívida. As divergências apuradas referem-se às rubricas de caixa e bancos, financiamentos bancários e dívidas de fornecedores em factoring. Este montante deverá ser objeto de análise e regularização logo que possível.

Como consequência desta regularização contabilística a dívida do Município foi acrescida em 2.118.844 euros.

O saldo de Caixa inclui ainda 185.149 euros correspondentes a disponibilidades dos SMN- Serviços Municipalizados da Nazaré. No entanto, de acordo com o mapa da tesouraria, no final de 2015, o valor dos meios monetários disponíveis era de 8.029 euros, verificando-se assim uma divergência de 177.120 euros que deve ser objeto de análise e regularização.

- 7.5 A CMN evidencia dívidas para com fornecedores conta corrente, fornecedores em receção e conferência e fornecedores de imobilizado, no total de 8.359.842 euros. Está em fase de conclusão, pelo Município, a análise e validação daqueles saldos em dívida.

No final do exercício, está em curso o apuramento do montante de juros de mora debitados por fornecedores, quer neste exercício quer em exercícios anteriores e ainda não registados contabilisticamente naquelas contas.



Após a conclusão daquelas análises, as eventuais divergências apuradas serão acrescidas/deduzidas aos montantes mencionados em 7.4.

Os encargos financeiros, não registados contabilisticamente, inerentes a dívidas de factoring ascende a 301.166 euros.

- 7.6** A CMN regista em devedores diversos o montante de 1.481.458 euros correspondente a valores a receber relativos a participações financeiras inerentes a diversos investimentos realizados pelo Município. As análises por nós efetuadas, permitem-nos concluir que o valor a receber ascende a 1.089.404 euros, verificando-se assim uma divergência de 362.054 euros, que deverá ser objeto de análise e regularização.
- 7.7** No final do exercício a CMN evidencia na rubrica de proveitos diferidos – subsídios ao investimento, o total de 11.228.212 euros, correspondente a participações financeiras inerentes a diversos investimentos realizados pelo Município. Do montante mencionado, o total de 1.285.762 euros refere-se a participações financeiras que não estão a ser objeto de transferência para proveitos proporcionalmente à amortização do ativo subjacente, pelo que este montante deverá ser objeto de análise e regularização. Os elementos disponíveis não nos permitem quantificar o impacto desta situação nas demonstrações financeiras.
- 7.8** A CMN evidencia nas suas demonstrações financeiras consolidadas, em contas a receber, o total de 660.576 euros, referente a IVA a recuperar e IVA reembolsos pedidos, dos SMN – Serviços Municipalizados da Nazaré. Parte do mencionado saldo resulta de IVA indevidamente deduzido pelos SMN, relativamente a custos inerentes à atividade de saneamento. No que respeita aos custos comuns a atividades isentas e sujeitas o IVA deveria ter sido deduzido de acordo com o sistema de pró-rata e foi deduzido na totalidade. Os elementos disponíveis não nos permitem quantificar o impacto desta situação nas demonstrações financeiras

OPINIÃO

- 8** Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7.1 a 7.5 e exceto quanto aos efeitos das situações descritas nos parágrafos 7.6 a 7.8 as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ, em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.



ÊNFASES

- 9 Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos 8 e 10, referimos que:
- 9.1 O Município procedeu à identificação e valorização dos seus activos e passivos para a elaboração do balanço inicial (em 31 de Dezembro de 2001). Aos bens de domínio público não foi atribuído qualquer valor até que esses bens sejam objecto de um investimento ou grande reparação. Assim, à data de 31 de Dezembro de 2015, os bens de domínio público, já existentes à data de 31 de Dezembro de 2001 e que não foram objecto de qualquer investimento ou grande reparação, não integram o património do Município;
- 9.2 Os investimentos financeiros são apresentados a custo de aquisição, conforme é referido no Anexo, não refletindo assim, nas suas demonstrações financeiras, a evolução da situação económica e financeira das suas participadas.
- 9.3 Nos termos do artigo 55º da Lei 53/2014, de 25 de Agosto, a CMN recorreu ao Apoio Transitório de Urgência, estando em fase de conclusão a elaboração do PAM – Programa de Ajustamento Municipal, nos termos da legislação em vigor.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

- 10 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 21 de Junho de 2016

José Maria Rego Ribeiro da Cunha
Em representação de:
"AMÁVEL CALHAU, RIBEIRO DA CUNHA E ASSOCIADOS
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -"